

8 JAN 1987

Compromisso Maior

Economia / Brasil

O Presidente José Sarney resolveu ressuscitar o velho Conselho de Desenvolvimento Econômico, criado no Governo Geisel, em 1974, mudando o sistema decisório do Governo, até agora altamente delegado a um comando centralizado no Ministério da Fazenda. Deve-se questionar se a forma, e não o fundo, ou a natureza das decisões, é o mais relevante neste momento da vida nacional.

Na forma, o Conselho de Desenvolvimento que funcionou durante o Governo Geisel refletiu o regime autoritário e o personalismo do próprio Presidente, que avocou a si muitas das decisões de nível meramente técnico. No fundo, o Conselho passou adiante os primeiros grandes déficits comerciais forçados pela busca elevação dos preços do petróleo e pela decisão extemporânea de lançar alguns programas, como a Ferrovia do Aço, a Açominas e a construção de usinas nucleares jamais compatibilizados com a nossa capacidade de pagar. Era o nascimento da bola de neve da dívida externa.

A ressurreição do Conselho de Desenvolvimento, hoje, encontra o Brasil vivendo num novo clima democrático, onde se espera que o Executivo governe, mas sem perder de vista a funcionalidade que deveria marcar a vida parlamentar e os compromissos de suporte para suas plataformas pelo partido majoritário.

Vistos a olho nu, os problemas deste país são de fácil diagnóstico: as taxas de juros tornaram-se escorchantes, as empresas privadas estão com seus preços desfasados, o gatilho salarial será disparado pelo simples enunciado de uma inflação de dois dígitos, os investimentos produtivos se retraem, a ciranda financeira ameaça retornar e a poupança é outra vez confundida com uma rentabilidade fictícia nas cadernetas.

Não há como corrigir tudo isso sem uma enorme dose de realismo e de compromissos que envolvem não apenas a decisão solitária do Presidente e dos Ministros por ele convocados para integrar o novo conselho. É preciso um compromisso maior que envolva as lideranças do partido majoritário no suporte necessário às medidas que podem recolocar a casa em ordem, e que forçosamente serão dolorosas.

Até agora o Governo ficou de fora das quotas de sacrifício que impôs a toda a sociedade. Ninguém é capaz de citar um único caso de serviço público, preço de produto industrializado ou serviço dependente do estado que tenha sido reduzido, com o estado demonstrando que soube, nestes quase dois anos de Nova República, fazer a sua parte para criar uma economia mais eficiente e produtiva.

O Brasil colocou-se na contramão da história impedindo soluções produtivas e afugentando o capital estrangeiro, banindo palavras como joint-venture quando até os países comunistas buscavam parcerias no exterior, e mantendo o estado num comodismo absoluto. Como chamar os investimentos produtivos em um ambiente no qual a burocracia e o imobilismo rapidamente lançaram sobre os lados positivos do plano cruzado uma sombra ameaçadora e inafastável? A primeira missão do Conselho de Desenvolvimento convocado pelo Presidente José Sarney deveria se voltar, portanto, para dentro do setor público. Se as correções não começarem ali, e se inexistir o comprometimento político com a necessidade de reformas profundas, o ano de 1987 poderá se caracterizar como ano de novas tentativas de reformas que terão o mesmo desdobramento decepcionante do cruzado de 86.